



## Ofício 1.526/2025

**De:** Cleonice F. - SEGOV - DGOV  
**Para:** Câmara Municipal de Ponte Nova  
**Data:** 06/11/2025 às 13:32:51

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



PROTOCOLO GERAL 1295/2025  
Data: 06/11/2025 - Horário: 17:06  
Administrativo

**Setores envolvidos:**

GAP, SEGOV - DGOV

## Ofício 0440/2025/SAPL/DG/REQ.166/PROTOC.1162

Ponte Nova, 03 de novembro de 2025.

À Sua Excelência o Senhor

Wellington Sabino de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova

Ponte Nova – MG

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 0440/2025/SAPL/DG, requerimento nº 0166/2025 - protocolado nº 1162/2025 de autoria do Vereador Márcio Alves Ferreira, o qual solicita informações a respeito das obras de calçamento realizadas/em execução na comunidade do Brito, informamos o que segue.

A obra de Calçamento no Brito faz parte do Convênio 920.107/2021 que contempla também outras Comunidades Rurais. As obras foram paralisadas no início do ano devido à falta de repasse do governo federal e consequente atraso no pagamento às empresas. Essa situação foi regularizada somente em junho e julho e após isso as obras retornaram.

As retomadas dos serviços vieram com algumas complicações devido à dificuldade no fornecimento de material. Em função da alta demanda de calçamento na região, sobretudo nos municípios vizinhos, a entrega, principalmente do bloquete, tornou-se mais complexa do que o previsto, fazendo com que ocorresse alguns atrasos.

A fiscalização acompanha de perto o andamento dos serviços e está em constante contato com a empresa questionando a falta de material, fato que foi normalizado na última semana, e cobrando agilidade nos serviços com o aumento do número de funcionários, que deve ocorrer nos próximos dias.

Cabe ressaltar que além da pavimentação com bloquete sextavado também estão previstos dispositivos de drenagem ao longo de todo comprimento do calçamento (que estão bem adiantados). Esses serviços, que costumam passar despercebidos, são de fundamental importância na vida útil da obra, pois garantem o escoamento eficaz das águas pluviais sem danificar a via.

A obra de calçamento na Comunidade Brito deverá ser concluída no próximo mês e irá trazer uma série de benefícios aos moradores da região e frequentadores do local, principalmente no período chuvoso. Devido a condicionantes da Caixa Econômica Federal os repasses às empresas precisam ser realizados no máximo em três parcelas e serão efetuados progressivamente após a conclusão de cada etapa dos serviços.

Não foi realizado, até o momento, nenhum pagamento ou medição referente a obra de Calçamento no Brito. O contrato entre a Prefeitura e a empreiteira envolve também a Comunidade de Lagoa Seca, na qual já teve o calçamento concluído. Como o Município não havia honrado o pagamento dos serviços realizados anteriormente em Lagoa Seca, a empresa não se sentiu segura para começar os trabalhos no Brito em janeiro de 2025. Dessa forma, o calçamento se iniciou apenas após a quitação dos débitos pendentes à época, e a expectativa é que seja finalizado no próximo mês.

Além do contrato e da prorrogação, foi realizado um reajuste (em anexo), devido a paralisação dos serviços por falta de pagamento, conforme indica a Lei 14.133/2021, e também o empenho e o espelho que comprova que não houve pagamento.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e elevada consideração e nos colocamos à disposição para demais esclarecimento que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

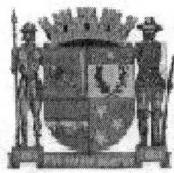
Milton Teodoro Irias Junior

Prefeito Municipal

**Anexos:**

1o\_TERMO\_DE\_APOSTILAMENTO\_PRC\_018\_2024\_cont\_040\_2024\_RLC\_Oficio\_0440.pdf  
Calcamento\_Comunidade\_Brito\_Oficio\_0440.pdf  
empenho\_8658\_oficio\_0440.pdf  
espelho\_empenho\_8658\_oficio\_0440.pdf





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

### TERMO DE APOSTILAMENTO - REAJUSTE

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO **CONTRATO N° 0140/2024**,

REF.: execução de obra de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concretos e sinalização viária nas Zonas Rurais que

**ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA E A RLC  
ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, com sede à Av. Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, Inscrito no CNPJ sob N°: 23.804.149/0001-29, Insc. Estadual 'isento', representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Teodoro Irias Junior, brasileiro, [REDACTED], neste ato denominado **CONTRATANTE**; e de outro a empresa RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, com sede a R B (LOT. RECANTO VEREDAS), 239, Bairro SILVESTRE, Viçosa, Minas Gerais, Cep 36576-395, VIÇOSA, MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob N° 41.212.141/0001-55, , denominada neste ato **CONTRATADA**, decorrente de **Processo Licitatório nº018/2024, Concorrência Eletrônica nº 001/2024**, resolvem celebrar o presente 1º TERMO DE APOSTILAMENTO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a concessão de **REAJUSTE** de aproximadamente **7,52% sobre o valor do lote 02 (Comunidade Brito)**, do contrato 040/2024, para Execução de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concreto e sinalização viária na Comunidade Brito, Zona Rural do Município de Ponte Nova - MG., aplicando-se o reajuste no valor do lote 2, conforme previsão na cláusula sétima do contrato, no valor de R\$ 30.000,81 (trinta mil reais, e oitenta e um centavos), conforme planilha abaixo:

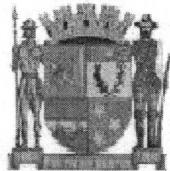


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REAJUSTE I DE CUSTOS												
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA						BDI:		Valor total do contrato (inicial + reajuste I):				
OBRA: Obra de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concretos e sinalização viária nas Zonas Rurais						DATA: 23/07/2025		Valor do contrato inicial:		R\$ 894.000,00		
LOCAL: Brito						FORMA DE EXECUÇÃO: ( ) ( X )		Valor do contrato a ser reajustado:		R\$ 894.000,00		
PLANILHAS REFERÊNCIA: INCC								Fator de reajuste:		7,52%		
PRAZO DE EXECUÇÃO:						DIRETA	INDIRETA	Valor total do reajuste I:				
								R\$ 30.000,81				
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID.	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	PREÇO TOTAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	VALOR TOTAL (INICIAL + REAJUSTE I)	PREÇO TOTAL A SER REAJUSTADO
<b>LOTE - BRITO</b>											<b>R\$ 399.000,00</b>	<b>R\$ 30.000,81</b>
1	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA</b>										<b>R\$ 13.488,35</b>	<b>R\$ 1.014,32</b>
1.1	COMP	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA.	MÊS	1,00	R\$ 10.925,28	R\$ 13.488,35	R\$ 13.488,35	1,00	R\$ 13.488,35	R\$ 14.502,67	R\$ 1.014,32
2	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>										<b>R\$ 13.911,62</b>	<b>R\$ 1.046,16</b>
2.1	SINAPI	93584	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M <sup>2</sup>	8,00	R\$ 910,00	R\$ 1.123,49	R\$ 8.987,89	8,00	R\$ 1.123,49	R\$ 9.663,78	R\$ 675,89
2.2	SETOP	ED-50155	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X230)CM, LINHA Padrão, CONTENDO UMA (1) PIA/HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	MÊS	4,00	R\$ 694,73	R\$ 857,71	R\$ 3.430,85	4,00	R\$ 857,71	R\$ 3.688,85	R\$ 258,00
2.3	SETOP	ED-28427	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	UNID.	1	R\$ 1.209,20	R\$ 1.492,88	R\$ 1.492,88	1,00	R\$ 1.492,88	R\$ 1.605,14	R\$ 112,26
3	<b>DRENAGEM</b>										<b>R\$ 26.434,37</b>	<b>R\$ 1.983,86</b>
3.0	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M	5,8	R\$ 7,43	R\$ 9,17	R\$ 53,20	5,80	R\$ 9,17	R\$ 57,20	R\$ 4,00

Termo de Apostilamento – Contrato 40-2024 – Lote02 – PRC 018-2024 – RLC..... Página 2 de 5

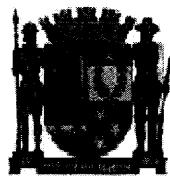




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

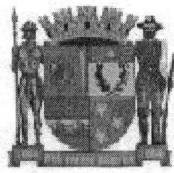
3.1	SICRO	2003813	Canaleta de concreto - CAU 03 - seção de 30 x 30 cm - espessura de 10 cm - apoiada em toda a extensão	M	31,14	R\$ 151,10	R\$ 186,55	R\$ 5.809,11	31,14	R\$ 186,55	R\$ 6.245,95	R\$ 436,84
3.2	COMP	2	GRELHA PARA CAIXA COLETORA DE ÁGUA PLUVIAL	M <sup>2</sup>	12,54	R\$ 701,14	R\$ 865,63	R\$ 10.854,97	12,54	R\$ 865,63	R\$ 11.671,26	R\$ 816,29
3.3	SINAPI	99262	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UNID.	5	R\$ 512,35	R\$ 632,55	R\$ 3.162,74	5,00	R\$ 632,55	R\$ 3.400,58	R\$ 237,84
3.4	SINAPI	103342	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M <sup>2</sup>	18,8	R\$ 89,12	R\$ 110,03	R\$ 2.068,51	18,80	R\$ 110,03	R\$ 2.224,07	R\$ 155,55
3.5	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M <sup>2</sup>	18,8	R\$ 3,73	R\$ 4,61	R\$ 86,58	18,80	R\$ 4,61	R\$ 93,09	R\$ 6,51
3.6	SINAPI	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	M <sup>2</sup>	18,8	R\$ 36,11	R\$ 44,58	R\$ 838,00	18,80	R\$ 44,58	R\$ 901,02	R\$ 63,02
3.7	SICRO	2003391	Descida d'água de aterros tipo rápido - DAR 02 - areia e brita comerciais	M	15	R\$ 129,02	R\$ 159,29	R\$ 2.389,32	15,00	R\$ 159,29	R\$ 2.569,00	R\$ 179,68
3.8	SICRO	2003441	Dissipador de energia - DES 01 - areia e pedra de mão comerciais	UNID.	5	R\$ 189,85	R\$ 234,39	R\$ 1.171,94	5,00	R\$ 234,39	R\$ 1.260,07	R\$ 88,13
<b>4 PAVIMENTAÇÃO</b>										<b>R\$ 336.434,27</b>	<b>R\$ 25.299,86</b>	
4.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M <sup>2</sup>	2535,51	R\$ 2,01	R\$ 2,48	R\$ 6.291,98	2535,51	R\$ 2,48	R\$ 6.765,14	R\$ 473,16
4.2	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M <sup>2</sup>	2152,17	R\$ 64,00	R\$ 79,01	R\$ 170.052,42	2152,17	R\$ 79,01	R\$ 182.840,36	R\$ 12.787,94
4.3	SINAPI	97912	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M <sup>3</sup> XKM	9521,2	R\$ 2,99	R\$ 3,69	R\$ 35.147,07	9521,20	R\$ 3,69	R\$ 37.790,13	R\$ 2.643,06
4.4	SINAPI	92425	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M <sup>2</sup>	3,72	R\$ 71,48	R\$ 88,25	R\$ 328,29	3,72	R\$ 88,25	R\$ 352,98	R\$ 24,69





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

4.5	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M <sup>3</sup>	0,66	R\$ 7,43	R\$ 9,17	R\$ 6,05	0,66	R\$ 9,17	R\$ 6,50	R\$ 0,45
4.6	SINAPI	94974	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M <sup>3</sup>	1,39	R\$ 381,07	R\$ 470,47	R\$ 653,95	1,39	R\$ 470,47	R\$ 703,13	R\$ 49,18
4.7	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	851,86	R\$ 60,56	R\$ 74,77	R\$ 63.691,34	851,86	R\$ 74,77	R\$ 68.480,93	R\$ 4.789,59
4.8	SINAPI	94289	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	851,86	R\$ 51,29	R\$ 63,32	R\$ 53.942,02	851,86	R\$ 63,32	R\$ 57.998,46	R\$ 4.056,44
4.9	SINAPI	3346	LOCACAO DE GRUPO GERADOR *80 A 125* KVA, MOTOR DIESEL, REBOCAVEL, ALCIONAMENTO MANUAL	H	320	R\$ 16,00	R\$ 19,75	R\$ 6.321,15	320,00	R\$ 19,75	R\$ 6.796,50	R\$ 475,35
<b>5 SINALIZAÇÃO</b>										<b>R\$ 8.731,39</b>	<b>R\$ 656,60</b>	
5.1	SICRO	5213489	Placa de advertência em aço, lado de 0,80 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	UNID.	4	R\$ 356,28	R\$ 439,86	R\$ 1.759,45	4,00	R\$ 439,86	R\$ 1.891,76	R\$ 132,31
5.2	SICRO	5213490	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,80 m - fornecimento e implantação	UNID.	4	R\$ 402,92	R\$ 497,45	R\$ 1.989,78	4,00	R\$ 497,45	R\$ 2.139,41	R\$ 149,63
5.3	SICRO	5213491	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + I - fornecimento e implantação	UNID.	4	R\$ 77,34	R\$ 95,48	R\$ 381,94	4,00	R\$ 95,48	R\$ 410,66	R\$ 28,72
5.4	SICRO	5213868	Suporte metálico galvanizado para placas - 2,00 x 1,00 m - fornecimento e implantação	UNID.	4	R\$ 931,52	R\$ 1.150,05	R\$ 4.600,22	4,00	R\$ 1.150,05	R\$ 4.946,16	R\$ 345,94



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente, observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Ratificam-se as demais cláusulas constantes do contrato ora alterado, desde que não tenham sofrido alteração por este instrumento, para que juntos produzam um só efeito legal.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

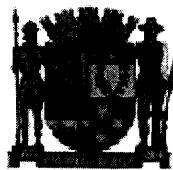
4.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Ponte Nova, 20 de agosto de 2025.

---

Milton Teodoro Irias Junior  
Prefeito Municipal  
Representante legal do Locatário



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE CONTRATO Nº 040/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA E A EMPRESA RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.

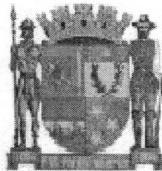
Pelo presente instrumento que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, com sede à Av. Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, Inscrito no CNPJ sob Nº 23.804.149/0001-29, Insc. Estadual 'isento', representado pelo Prefeito, Sr. Wagner Mol Guimarães, brasileiro, [REDACTED], CPF Nº [REDACTED].603.006- [REDACTED], neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, com sede a R B (LOT. RECANTO VEREDAS), 239, Bairro SILVESTRE, Viçosa, Minas Gerais, Cep 36576-395, VIÇOSA, MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob Nº 41.212.141/0001-55, representada pelo Sr. William Fialho dos Reis, CPF nº [REDACTED].012.516- [REDACTED] denominada neste ato **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 018/2024** 2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência Eletrônica nº **001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de execução de obra de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concretos e sinalização viária nas Zonas Rurais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na planilha orçamentária abaixo:

LOTE	DESCRÍÇÃO	PREÇO TOTAL
02	Execução de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concreto e sinalização viária na Comunidade Brito, Zona Rural do Município de Ponte Nova - MG.	R\$ 399.000,00
05	Execução de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concreto e sinalização viária na Comunidade Lagoa Seca, Zona Rural do Município de Ponte Nova - MG	R\$ 495.000,00
<b>Valor total do contrato – R\$ 894.000,00</b>		

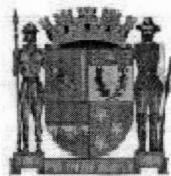




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Assinado por 2 pessoas: MULDOWANIELE DE SOUZA BEISCH e FRANCAGNER MOL GUIMARAES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código BD038-BB009-4925-B565 e o código BD038-BB009-4925-B565

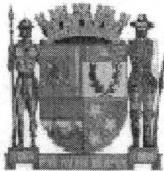
<b>Pavimentação de Estrada Vicinal - Brito</b>									<b>399.000,00</b>
1,	<b>ESTRADA VICINAL</b>								<b>399.000,00</b>
1.1.	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA</b>								<b>- 13.488,35</b>
1.1.1.	Composição	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	UM	1,00	10.925,28	BDI 1	13.488,35	13.488,35
1.2.	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								<b>- 13.911,62</b>
1.2.1.	SINAPI	93584	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M2	8,00	910,00	BDI 1	1.123,49	8.987,89
1.2.2.	SETOP	ED-50155	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X230)CM, LINHA PADRÃO, CONTENDO UMA (1) PIA/HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	mês	4,00	694,73	BDI 1	857,71	3.430,85
1.2.3.	SETOP	ED-28427	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	un	1,00	1.209,20	BDI 1	1.492,88	1.492,88
1.3.	<b>DRENAGEM</b>								<b>- 26.434,37</b>
1.3.1.	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	5,80	7,43	BDI 1	9,17	53,20
1.3.2.	SICRO	2003813	Canaleta de concreto - CAU 03 - seção de 30 x 30 cm - espessura de 10 cm - apoiada em toda a extensão	m	31,14	151,10	BDI 1	186,55	5.809,11
1.3.3.	Composição	002	GRELHA PARA CAIXA COLETORA DE ÁGUA PLUVIAL	M2	12,54	701,14	BDI 1	865,63	10.854,97
1.3.4.	SINAPI	99262	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UN	5,00	512,35	BDI 1	632,55	3.162,74
1.3.5.	SINAPI	103342	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	18,80	89,12	BDI 1	110,03	2.068,51



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

1.3.6.	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	18,80	3,73	BDI 1	4,61	86,58
1.3.7.	SINAPI	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	M2	18,80	36,11	BDI 1	44,58	838,00
1.3.8.	SICRO	2003391	Descida d'água de aterros tipo rápido - DAR 02 - areia e brita comerciais	m	15,00	129,02	BDI 1	159,29	2.389,32
1.3.9.	SICRO	2003441	Dissipador de energia - DES 01 - areia e pedra de mão comerciais	un	5,00	189,85	BDI 1	234,39	1.171,94
<b>1.4.</b>			<b>PAVIMENTAÇÃO</b>					<b>-</b>	<b>336.434,28</b>
1.4.1.	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	2.535,51	2,01	BDI 1	2,48	6.291,98
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Pavimentação de Estrada Vicinal - Brito</b>									
<b>468.307,75</b>									
1.4.2.	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	2.152,17	64,00	BDI 1	79,01	170.052,42
1.4.3.	SINAPI	97912	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9.521,20	2,99	BDI 1	3,69	35.147,07
1.4.4.	SINAPI	92425	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	3,72	71,48	BDI 1	88,25	328,29
1.4.5.	SINAPI	94974	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	1,39	381,07	BDI 1	470,47	653,95
1.4.6.	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	0,66	7,43	BDI 1	9,17	6,05





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

1.4.7.	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	851,86	60,56	BDI 1	74,77	63.691,34
1.4.8.	SINAPI	94289	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	851,86	51,29	BDI 1	63,32	53.942,02
1.4.9.	SINAPI-I	3346	LOCACAO DE GRUPO GERADOR *80 A 125* KVA, MOTOR DIESEL, REBOCAVEL, ACIONAMENTO MANUAL	H	320,00	16,00	BDI 1	19,75	6.321,15
<b>1.5.</b>			<b>SINALIZAÇÃO</b>					<b>-</b>	<b>8.731,39</b>
1.5.1.	SICRO	5213465	Placa de advertência em aço, lado de 0,80 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	4,00	356,28	BDI 1	439,86	1.759,45
1.5.2.	SICRO	5213864	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,80 m - fornecimento e implantação	un	4,00	402,92	BDI 1	497,45	1.989,78
1.5.3.	SICRO	5213489	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + I - fornecimento e implantação	un	4,00	77,34	BDI 1	95,48	381,94
1.5.4.	SICRO	5213868	Suporte metálico galvanizado para placas - 2,00 x 1,00 m - fornecimento e implantação	un	4,00	931,52	BDI 1	1.150,05	4.600,22

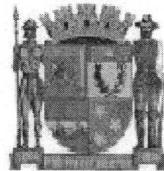


# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTRADA VICINAL									495.000,00
1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA								- 13.692,43
1.1.	Composição	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	UN	1,00	11.090,58	BDI 1	13.692,43	13.692,43
1.2.			SERVIÇOS PRELIMINARES						- 14.252,21
EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016									
1.2.1.	SINAPI	93584	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X230)CM, LINHA PADRÃO, CONTENDO UMA (1) PIA/HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	M2	8,00	933,48	BDI 1	1.152,47	9.219,80
1.2.2.	SETOP	ED-50155	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFISSADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	mês	4,00	711,27	BDI 1	878,13	3.512,54
1.2.3.	SETOP	ED-28427	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	un	1,00	1.231,07	BDI 1	1.519,88	1.519,88
1.3.			DRENAGEM					-	34.228,72
1.3.1.	SINAPI	90105	Canaleta de concreto - CAU 03 - seção de 30 x 30 cm - espessura de 10 cm - apoiada em toda a extensão	M3	7,80	7,57	BDI 1	9,35	72,90
1.3.2.	SICRO	2003813	GRELHA PARA CAIXA COLETORA DE ÁGUA PLUVIAL	m	36,00	153,83	BDI 1	189,92	6.837,07
1.3.3.	Composição	002	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	0	15,28	713,82	BDI 1	881,28	13.465,99
1.3.4.	SINAPI	99262	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	UN	7,00	521,61	BDI 1	643,98	4.507,86
1.3.5.	SINAPI	103342	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M2	26,32	90,74	BDI 1	112,03	2.948,57
1.3.6.	SINAPI	87879		M2	26,32	3,80	BDI 1	4,69	123,48

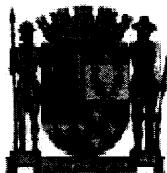




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

			INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022						
1.3.7.	SINAPI	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	M2	26,32	36,83	BDI 1	45,47	1.196,78
1.3.8.	SICRO	2003391	Descida d'água de aterros tipo rápido - DAR 02 - areia e brita comerciais	m	21,00	131,36	BDI 1	162,18	3.405,72
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Pavimentação de Estrada Vicinal - Lagoa Seca</b> <b>570.661,67</b>									
1.3.9.	SICRO	2003441	Dissipador de energia - DES 01 - areia e pedra de mão comerciais	un	7,00	193,28	BDI 1	238,62	1.670,36
<b>1.4. PAVIMENTAÇÃO</b>									
1.4.1.	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	3.169,91	2,05	BDI 1	2,53	8.022,82
1.4.2.	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	2.689,95	63,95	BDI 1	78,95	212.378,73
1.4.3.	SINAPI	97912	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	11.928,31	3,00	BDI 1	3,70	44.180,07
1.4.4.	SINAPI	92425	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	4,49	72,77	BDI 1	89,84	403,39
1.4.5.	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	0,79	7,57	BDI 1	9,35	7,38
1.4.6.	SINAPI	94974	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	1,69	387,96	BDI 1	478,98	809,47
1.4.7.	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE	M	1.066,58	61,67	BDI 1	76,14	81.207,04



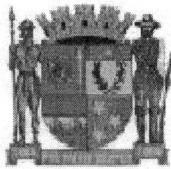


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

			INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016							
1.4.8.	SINAPI	94289	EXECUÇÃO DE SARIETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	1.066,58	52,22	BDI 1	64,47	68.763,28	
1.4.9.	SINAPI-I	3346	LOCACAO DE GRUPO GERADOR *80 A 125* KVA, MOTOR DIESEL, REBOCAVEL, ACIONAMENTO MANUAL	H	320,00	16,59	BDI 1	20,48	6.554,24	
<b>1.5.</b>	<b>SINALIZAÇÃO</b>									
1.5.1.	SICRO	5213465	Placa de advertência em aço, lado de 0,80 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	1,00	362,71	BDI 1	447,80	447,80	
1.5.2.	SICRO	5213464	Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	2,00	410,21	BDI 1	506,45	1.012,89	
1.5.3.	SICRO	5213441	Placa de regulamentação em aço D = 0,80 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	1,00	362,74	BDI 1	447,84	447,84	
1.5.4.	SICRO	5213489	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + I - fornecimento e implantação	un	4,00	791,40	BDI 1	977,06	3.908,25	
1.5.5.	SICRO	5213868	Suporte metálico galvanizado para placas - 2,00 x 1,00 m - fornecimento e implantação	un	4,00	948,37	BDI 1	1.170,86	4.683,43	

Assinado por 2 pessoas: MULONI NUNES DE SOUZA E ORGNER MOL GUIMARAES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/BD3E-B809-4925-B565> e informe o código BD3E-B809-4925-B565



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

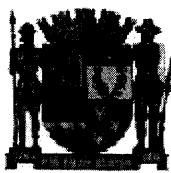
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
  - 2.2. A execução dos serviços será iniciada em até 05 (cinco) dias após emissão da Ordem de Serviços, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro fixado no Termo de Referência;
  - 2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.
  - 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
  - 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
  - 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
  - 2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 894.000,00 (oitocentos e noventa e quatro mil reais – 60% referente a material e 40% referente à mão de obra).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais conforme anexos do ETP.

7.3. Após o interregno de um ano, desde que solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

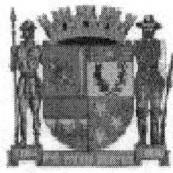
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

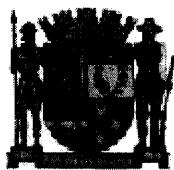
### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.12. O Município irá fiscalizar o cumprimento das cláusulas 11.22 a 11.28.3, nos termos da regulamentação prevista no art. 2º da Lei Municipal nº 4.503/2021.

### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

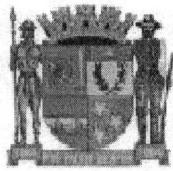
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato/ Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

### ESTADO DE MINAS GERAIS

9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.20. A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da ordem de serviço:

- Anotação de Responsabilidade Técnica.
- Abertura do certificado de matrícula no INSS.

9.21. A CONTRATADA deverá observar o prazo do parágrafo 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

9.21.1. A CONTRATADA deverá também apresentar à FISCALIZAÇÃO no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da 1ª ordem de serviço a seguinte documentação:

9.21.2. Programa de condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) ou Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), quando for o caso.

9.21.3. Certificado de treinamento introdutório de 06 (seis) horas de acordo a NR-18 item 18.28.2, destinado a todos empregados.

9.21.4. Modelo de Ficha Técnica de Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos empregados.

9.21.5. Cópia de registro de todos os empregados nos serviços.

9.21.6. Registro do Técnico de Segurança.

9.21.7. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados nos serviços.

9.21.8. Cópia da(s) ordem(ns) de serviço sobre segurança e saúde no trabalho entregue(s) aos empregados, conforme o item 1.7.b da NR-1.

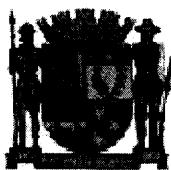
9.21.9. Havendo erros, omissões ou não conformidades nesta documentação, serão informados à CONTRATADA para correção.

9.21.10. Depois de verificados a CONTRATANTE devolverá os documentos de propriedade da CONTRATADA.

9.22. A contratada deverá garantir que a geração de resíduos sólidos comuns às obras de construção civil terá previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA n. 307/2002.

9.23. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

9.24. A CONTRATADA ficará sujeita à multa, conforme disposto no contrato a partir do momento que não cumprir o prazo de qualquer atividade contratual.

9.25. A contratada deve reservar, nos termos da lei municipal nº 4.503/2021, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas necessárias para execução do contrato para:

9.25.1. Mulheres vítimas de violência doméstica, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 07.08.2006, com comprovada dependência financeira;

9.25.2. Pessoas oriundas ou egressas há no máximo 05 (cinco) anos do sistema prisional;

9.25.3. Travestis ou transexuais.

9.26. Nas hipóteses em que a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) previsto no 8.25 resultar em número fracionário, efetuar-se-á o arredondamento para o número inteiro maior.

9.27. A exigência da reserva mencionada no 8.25 é restrita às contratações cuja execução exija 10 (dez) ou mais profissionais, incluindo todas as áreas, tanto administrativas, quanto operacionais, incluindo no cômputo estagiários, trainees e outras formas de contratação admitidas por lei.

9.28. As vagas reservadas serão distribuídas de forma igualitária entre os grupos descritos em 8.25.1 a 8.24.3.

9.29. Caso as divisões de vagas não puderem ser feitas de forma igualitária, a preferência para alocação de vagas observará a ordem de prioridade, primeiro, 8.25.1. e, por último, 8.25.3.

9.30. A empresa deverá apresentar no momento da contratação:

9.30.1. Para mulheres vítimas de violência doméstica:

9.30.1.1. Relatório médico ou assistencial ou certidão de órgão público que comprove essa condição, emitida por Delegacia, Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria Municipal de Saúde ou de Assistência Social, entre outros órgãos pertinentes, acompanhada da carteira de trabalho que ateste a condição de desempregada e de autodeclaração que confirme não exercer cargo ou emprego público e não possuir outra fonte de renda.

9.30.2. Para pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional:

9.30.2.1. Documento emitido pelo sistema prisional.

9.30.3. Para travestis ou transexuais:

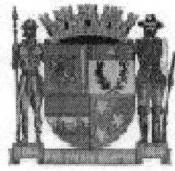
9.30.3.1. Autodeclaração.

9.31. A empresa deve garantir aos empregados o respeito à autodeclaração de gênero:

9.31.1. Por meio da utilização de nome social, sempre que requisitado e;

9.31.2. Com ampla liberdade de expressão da identidade de gênero, respeitando o modo de falar, vestir, falar, o uso do banheiro do gênero com o qual se identifica ou realização de modificações corporais e aparência física.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

9.32. O descumprimento das cláusulas 8.25 a 8.31.2, incorrerá nas penalidades descritas no art. 3º da Lei Municipal nº 4.503/2021, desde que não comprove o cumprimento do procedimento previsto no art. 2º da Lei 4.503/2021.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade **Seguro garantia**, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

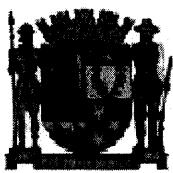
10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

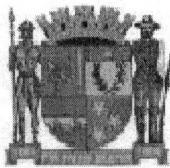
11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

### ESTADO DE MINAS GERAIS

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro no Decreto Municipal nº 12.764/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa:

a) compensatória e

b) de mora.

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

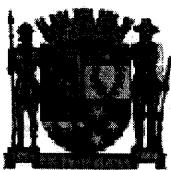
11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

11.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

11.6. Para efeito deste edital, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

11.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I – descumprimento de pequena relevância;
  - II – inexecução parcial de obrigação contratual.

11.7.1. Para os fins deste edital, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

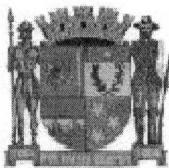
- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.8.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação:

11.8.2 Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

### ESTADO DE MINAS GERAIS

11.8.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, agente de contratação ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.8.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

11.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

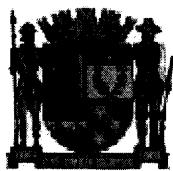
Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

11.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.10.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 9.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.10.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.11.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 12.11 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.11.2. O disposto no subitem 12.11 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

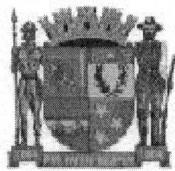
II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

11.12.1. São circunstâncias agravantes:

- I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV - a reincidência.
- V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 12.1.9 deste edital.

11.12.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.12.1.2. Para efeito de reincidência:

- I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se impõe a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

11.12.2. São circunstâncias atenuantes:

- I - a primariedade;
- II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III - reparar o dano antes do julgamento;
- IV - confessar a autoria da infração.

11.12.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.13. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.764/2022, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

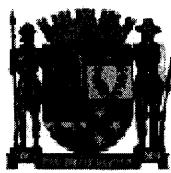
### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e  
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente sob a seguinte rubrica:

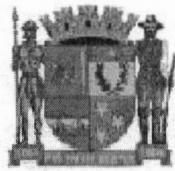
a) 02.05.01.15.451.0007.1306.4.4.90.51.00.1700.000.0000 – ficha 173

13.2. 12.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Ponte Nova para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ponte Nova, 06 de maio de 2024.

---

Wagner Mol Guimarães  
CPF [REDACTED] 603.006 [REDACTED]  
Prefeito Municipal

---

William Fialho dos Reis  
CPF nº [REDACTED] 012.516 [REDACTED]  
Representante Legal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FD38-F900-F7A5-6565

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WILLIAM FIALHO DOS REIS (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 10/05/2024 14:17:57 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ WAGNER MOL GUIMARAES (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 10/05/2024 14:33:15 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

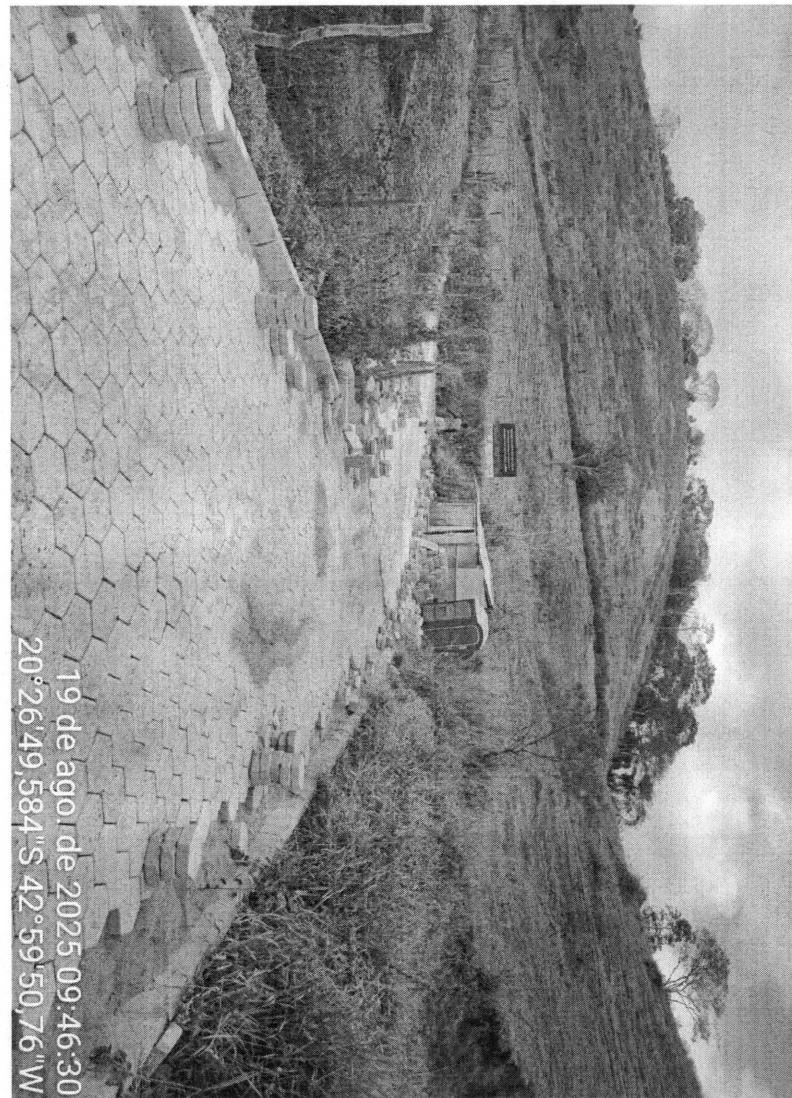
<https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/FD38-F900-F7A5-6565>



## CALÇAMENTO COMUNIDADE BRITO



12 de set. de 2025 15:12:46  
20°26'50,723"S 42°59'50,19"W



19 de ago de 2025 09:46:30  
20°26'49,584"S 42°59'50,76"W





29 de set. de 2025 10:01:37  
20°26'52,9"S 42°59'48,379"W

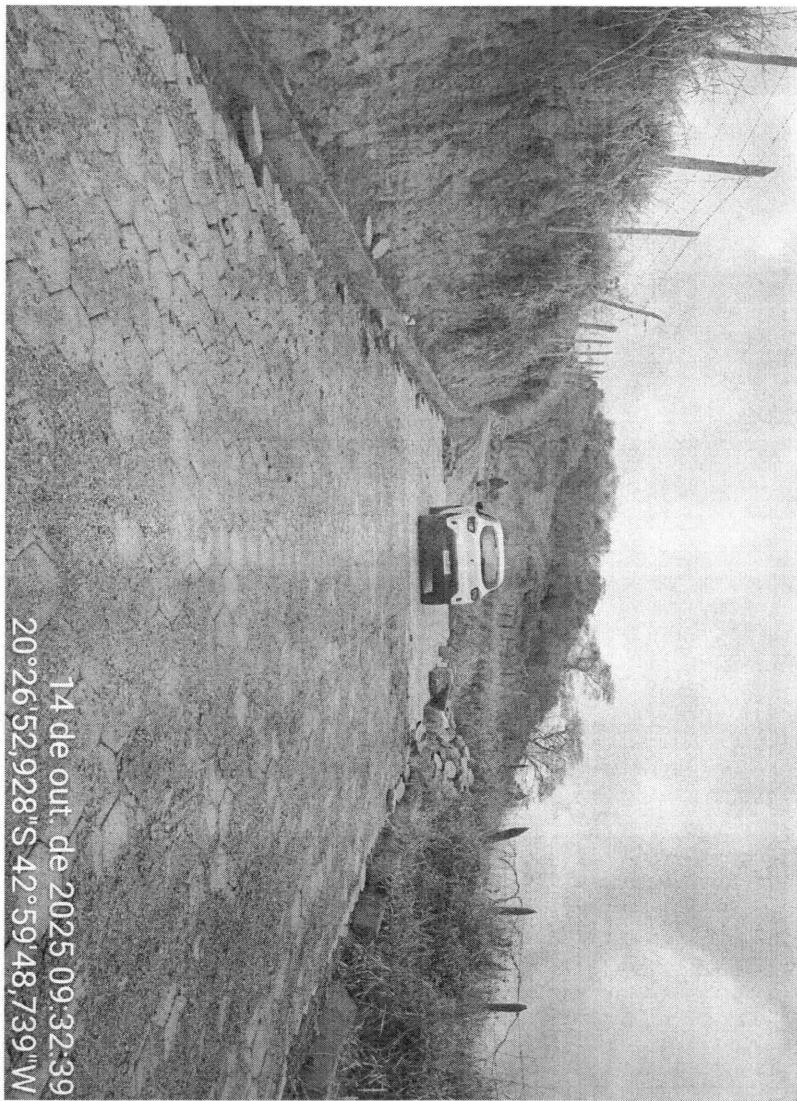


17 de set. de 2025 10:44:07  
20°26'51,181"S 42°59'49,562"W

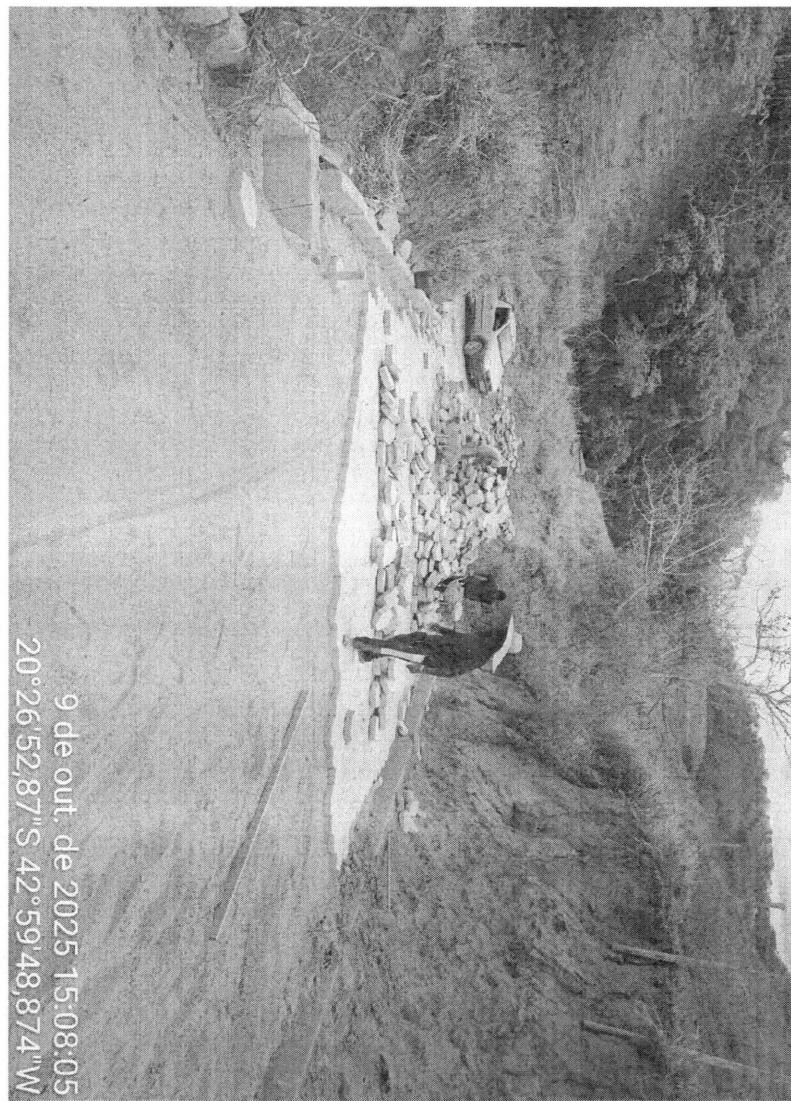


Assinado por 1 pessoa: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/91CE-0F09-4928-BF17> e informe o código 91CE-0F09-4928-BF17



14 de out. de 2025 09:32:39  
20°26'52,928"S 42°59'48,739"W



9 de out. de 2025 15:08:05  
20°26'52,87"S 42°59'48,874"W



Assinado por 1 pessoa: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/91CE-0F09-4928-BF17> e informe o código 91CE-0F09-4928-BF17



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

## 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2024

Pelo presente instrumento que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, com sede à Av. Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, Inscrito no CNPJ sob Nº 23.804.149/0001-29, Insc. Estadual 'isento', representado pelo Prefeito, Sr. Milton Teodoro Irias Júnior, brasileiro, [REDACTED], neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, com sede a R B (LOT. RECANTO VEREDAS), 239, Bairro SILVESTRE, Viçosa, Minas Gerais, Cep 36576-395, VIÇOSA, MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob Nº 41.212.141/0001-55, representada pelo Sr. William Fialho dos Reis, CPF nº [REDACTED].012.516-[REDACTED], denominada neste ato **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 018/2024** 2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Alteração Contratual, decorrente do Concorrência Eletrônica nº **001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prorrogação do contrato para contratação de serviços comuns de engenharia de execução de obra de drenagem pluvial, calçamento em blocos de concretos e sinalização viária nas Zonas Rurais (Comunidade do Brito e Lagoa Seca), por mais 1 ano, ou seja, até 10/05/2026.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

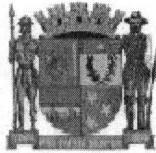
2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente sob a seguinte rubrica :

15.451.0007.1306 - 4.4.90.51.00

### CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ratificam-se as demais cláusulas constantes do contrato primitivo ora prorrogado com suas posteriores alterações, para que junto com este instrumento produzam um só efeito legal.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **CLÁUSULA QUARTA: DO FORO**

4.1. As partes elegem o foro de Ponte Nova para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.

Por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Ponte Nova, 10 de maio de 2025.

MILTON TEODORO IRIAS  
IRIAS  
JUNIOR [REDACTED] 610087  
Assinado digitalmente por MILTON TEODORO IRIAS  
Data: 2024-05-10 10:08:45  
Local: BRASIL, Distrito Federal, Comunidade da Rocinha Federal  
OU-240931600103, OU-ideoneocontraria, CN-MILTON  
TEODORO IRIAS  
Título: Eu sou o autor do documento  
E-mail: [REDACTED]  
Data: 2024-05-10 12:53:02-03'00'  
Fonte PDF Reader Versão: 2024.4.0

RLC ENGENHARIA E  
PROJETOS  
LTDA:41212141000155  
2025.05.09 10:51:28  
-03'00'  
**William Fialho dos Reis**  
Representante Legal da Contratada

**PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG**

NOTA DE EMPENHO N.º 8658/2025 N.A.E.: 2025/03745

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orcamento de: 2025 Tipo: Global Data: 06/10/2025 Ficha: 000178

Órgão.....: 02 - EXECUTIVO MUNICIPAL  
Unidade....: 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
SubUnidade.: 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
Classif. Orçamentária: 15.451.0007.1306 - CONVENIO 920.107/2021  
Elemento da Despesa.: 4.4.90.51.01 - Obras e Instalações de Domínio Público  
Fonte de Recurso....: 1.700.000.0000 - Outras Transf. Convênios ou Inst Cong. da União

**Credor...: RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** Número: 203479  
Endereço.: R B (LOT. RECANTO VEREDAS) N°: 239 Bairro: SILVESTRE CEP: 36.576-395  
Cidade...: VIÇOSA - MG CNPJ.: 41.212.141/0001.55  
**Banco ...: 000 Agência ...: Conta ...: -**

Pela presente fica empenhada a importância de R\$ ..... 399.000,00  
Trezentos e noventa e nove mil reais.....

Hist.: Serviço de pavimentação rural na comunidade do Brito através do convênio 920.107/2021.

Licit.: Concorrência 2024/1: Lei 14.133/2021, Art. 28, II Proc. N°: 2024/18

Data: 06/10/2025 Ordenador da Despesa:

BRUNO JOSE QUINTAO  
CPF: [REDACTED] 069.646-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

<b>SALDO ANTERIOR . . . . .</b>	<b>1.592.007,33</b>	<b>VALOR LIQUIDADO . . . . .</b>	<b>0,00</b>
<b>VALOR EMPENHADO . . . . .</b>	<b>399.000,00</b>	<b>DESCONTO . . . . .</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO ATUAL . . . . .</b>	<b>1.193.007,33</b>	<b>VALOR LIQUIDO . . . . .</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL EMPENHADO . . . . .</b>	<b>399.000,00</b>	<b>SALDO A LIQUIDAR . . . . .</b>	<b>399.000,00</b>
<b>VALOR A LIQUIDAR . . . . .</b>	<b>399.000,00</b>		

Data: 06/10/2025 Contador (a) / Contabilista:

GUSTAVO MENDES MARTINS  
CRC: MG120591/0-3 / CONTADOR

A liquidação Nº 000, no valor R\$ ..... 0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: - - / - - / - - Assinatura:

BRUNO JOSE QUINTAO

C.F. [REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Satd.   ,   ,    Ord. Page:    André Luis Nunes Santos

CPF : 496.376- / Secretario Municipal

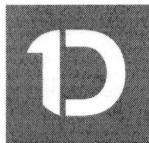
referente a despesa acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ Identidade/CNP/CSC \_\_\_\_\_ Assinatura da Guia \_\_\_\_\_ P. \_\_\_\_\_

R E C U R S O  
C U Y O U T E  
P A G I N A 4 / 4

Assinado por 2 pessoas: **MILTON VIEIRAS FILHO** e **BRUNO JOSÉ QUINTÃO SILVA**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/012C-07A9-41A9-8ECE>





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 872C-37A8-FB49-ECED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ GUSTAVO MENDES MARTINS (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 06/10/2025 13:06:10 GMT-03:00  
Papel: Contador  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ BRUNO JOSÉ QUINTÃO SILVA (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 06/10/2025 13:54:51 GMT-03:00  
Papel: Ordenador de despesa  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/872C-37A8-FB49-ECED>





UF: MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO: PONTE NOVA  
ENTIDADE: CONSOLIDADA

24 out 2025 17:39  
FOLHA: 1

### RAZÃO DE EMPENHO

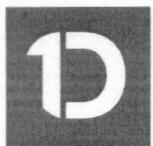
FICHA.: 00178  
CREDOR: 203479 - RLC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
06/10/2025	008658	Empenho orçamentário	399.000,00

### RESUMO

Empenhado.....:	399.000,00
Complementado....:	0,00
Anulado.....:	0,00
Liquidado.....:	0,00
Descontos.....:	0,00
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar.....:	399.000,00
Cancelamentos....:	0,00
Restabelecimento.:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos.....:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	399.000,00





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 91CE-0F09-4928-BF17

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [REDACTED].XXX.XXX[REDACTED]) em 06/11/2025 15:05:09 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/91CE-0F09-4928-BF17>